



ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e colegas deputados. *“Ata da Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e dezenove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cinco da Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 2/2023, do Poder Executivo; Ofícios nºs 1.506, 1.510, 1.515 e 1.524/2022, da Secretaria de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1, 6, 7, 12, 19, 22, 29 e 45/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 31/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 93/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Ofício nº 204/2023, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul; Carta nº 15/2023, da Águas Guaruroba. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Zeca do PT, Rafael Tavares, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, João Mattogrosso, Mara Caseiro, Roberto Hashioka, Amarildo Cruz, Renato Câmara, Coronel David e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Lidio Lopes, Professor Rinaldo, Renato Câmara, Zé Teixeira, Amarildo Cruz, Lucas de Lima, Marcio Fernandes e Zeca do PT. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Rafael Tavares, Zeca do PT, Pedrossian Neto e João Henrique. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Amarildo Cruz, Pedro Kemp e Zeca do PT, endereçada aos familiares de Ilacir Galvão dos Santos – Galvão Preto ; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Amarildo Cruz, endereçada aos familiares de Sílvio Edson Tutya; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos familiares de José Benítez; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Henrique, endereçada aos familiares de José Eduardo Agi; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Beat Rolf Stucki; requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Junior Mochi e Coronel David, endereçada aos familiares de José Laurentino dos Santos Filho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares segundo-tenente Luiz Carlos Pereira Vieira, segundo-sargento Edson Santo Alves de*



*Oliveira e cabo Uadiston Alexandre de Oliveira, pelo reconhecimento ao realizar o atendimento de uma ocorrência de trânsito e se deparar com um veículo transportando drogas, realizando assim a apreensão, na cidade de Aparecida do Taboado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada ao pescador esportivo sul-mato-grossense Antônio Marcos da Silva Oliveira, pelo recorde brasileiro absoluto do dourado (*salminus brasiliensis*) e pelo recorde brasileiro e sul-mato-grossense absoluto masculino do pintado, pela plataforma BGFA; requerimento, de autoria do deputado Rafael Tavares, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, para realização de audiência pública com o tema "Criação do Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência", no dia 03 de março de 2023; requerimento de informação, de autoria do deputado João Henrique; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Mara Caseiro, Coronel David, Neno Razuk, Pedro Kemp, Roberto Hashioka, Junior Mochi e Gerson Claro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, 08 de fevereiro do ano de 2023". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Expediente da Sessão Ordinária do dia 09 de fevereiro de 2023: Ofícios n^{os} 11, 13, 18, 21, 28, 30, 31, 42, 43, 44, 46, 48 e 49/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Neno Razuk, Renato Câmara, Capitão Contar, Mara Caseiro, Paulo Corrêa, Lucas de Lima, Zé Teixeira, Felipe Orro, Lidio Lopes, Jamilson Name e Pedro Kemp (Prot. n^{os} 27.735, 27.736, 27.732, 27.734, 27.743, 27.742, 27.741, 27.739, 27.738, 27.737, 27.822, 27.821/2023); Ofício n^o 72/2023, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciências, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. n^o 27.688/2023); Ofícios n^{os} 146 e 149/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo às indicações do deputado Lucas de Lima (Prot. n^{os} 27.826, 27.827/2023); Ofícios n^{os} 3.349, 3.370 e 3.371/2022, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações dos deputados Neno Razuk, Marçal Filho e Renato Câmara (Prot. n^{os} 27.693, 27.690, 27.691/2023); Cartas n^{os} 12.0979, 12.0998, 12.1000, 12.1003 e 12.1110/2022, da Claro S.A. Telefônica, respondendo às indicações dos deputados Mara Caseiro, Capitão Contar, Felipe Orro e Amarildo Cruz (Prot. n^{os} 27.682, 27.684, 27.685, 27.686, 27.687/2023); Cartas n^{os} 4.069/2022, da Telefônica Brasil S/A, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. n^o 27.681/2023). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o ilustre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, nobres colegas deputados, sociedade civil aqui presente, jornalistas. Eu tenho uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), solicitando patrolamento na rodovia MS-244, que liga os municípios de Jaraguari e Rochedo. Justificativa. Trata-se de um pleito encaminhado pelos produtores rurais da região, visto que a estrada possui vários pontos críticos, com casos de atolamento de veículos e caminhões, o que prejudica o transporte e trânsito de passageiros, mercadorias e serviços. São essas as considerações.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia a todos. Bom dia à Mesa Diretora. Primeiramente eu quero parabenizar o secretário de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, pelo estudo que ele solicitou acerca da criação da Casa de Proteção à Criança e ao Adolescente. Acredito que esse movimento do secretário significa que o governo tem interesse em solucionar esse problema. Solicito também ao secretário Videira, informações sobre o padrão de atendimento em casos de termos circunstanciados de ocorrências, envolvendo denúncias de maus tratos e violência contra as crianças. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, solicitando o patrolamento na avenida 8, do Bairro Nova Campo Grande, visto que tem aumentado os casos de roubos, furtos e vendas de droga na região. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeitura de Campo Grande, solicitando providências para a recuperação asfáltica nas ruas do bairro Zé Pereira, que foram prejudicadas pelas chuvas intensas dos últimos dias. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeitura de Campo Grande, solicitando a implementação de luminária no poste da rua Paca, 294, e limpeza da vegetação do entorno, visto que a região está ficando muito perigosa por conta disso. Somente isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao procurador Marco Antônio Delfino, solicitando investigações das condições de saúde e desnutrição nas reservas indígenas Jaguapiru e Bororó, localizadas no município de Dourados. A situação das reservas indígenas de Dourados não é fato novo, haja vista que em 2005 o alto índice de desnutrição na reserva motivou a criação de uma CPI no Congresso Nacional e uma CPI na



Assembleia Legislativa de Mato Grosso Sul, da qual participei. A mobilização nacional e internacional, realizada à época, conseguiu diminuir a desnutrição, mas a fome ainda existe na comunidade. Além da fome, as pesquisas apontam a contaminação da água por agrotóxicos nas nascentes utilizadas pelos indígenas. Tendo em vista que a área em torno das reservas recebe pulverização aérea, afirmam também que os baldes e galões usados para coletar água são os mesmos que transportam os agrotóxicos usados nas lavouras. A contaminação da água vem causando diarreia, dores de cabeça, vômito e outras doenças que estão crescendo especialmente entre as crianças. Nesse sentido, nós estamos solicitando providências à Procuradoria da República, em Dourados, para que seja feita uma averiguação desta situação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Coordenação do Distrito Sanitário de Saúde Indígena (DSEI), solicitando medidas urgentes no sentido de garantir a distribuição de água potável nas reservas indígenas Bororó e Jaguapiru, localizadas em Dourados. De acordo com as informações que recebemos, as reservas indígenas de Dourados são atingidas pela pulverização aérea que contamina, com agrotóxico, as nascentes usadas pelos indígenas para coleta de água. Há muito tempo estamos reivindicando providências para resolver a situação da distribuição de água potável nas reservas, porque é inadmissível que uma comunidade com mais de quatorze mil índios não tenha acesso à água potável. Portanto é preciso que haja uma solução definitiva para esse problema, visto que estamos preocupados com a situação dos índios Yanomamis em Roraima e também aqui no estado, onde temos situações muito graves envolvendo as comunidades indígenas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando reforço no efetivo da Polícia Militar no município de Cassilândia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Radamés Andrade Casseb, diretor-presidente da Águas Guariroba, solicitando estudos no sentido de implantar a rede de esgoto para atender as residências no bairro Jardim Monte Alegre, em Campo Grande. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente! Em seu nome cumprimento a Mesa Diretora, os nobres colegas deputados e deputadas, os senhores, as senhoras, os telespectadores da TV Assembleia. Tenho aqui três indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, e ao secretário de estado de Educação, senhor Helio Queiroz Daher, solicitando a reforma completa da Escola Estadual Padre Anchieta, localizada na vila Operária, no município de Nova Andradina. Justificativa. A indicação é uma reivindicação daquela comunidade, que pleiteia a reforma completa da escola, visto que é uma das poucas unidades estaduais que não sofreu essa intervenção. Desta forma, requeiro que seja realizada essa importante melhoria naquela instituição de ensino, atendendo ao desejo



dos moradores daquele bairro. Apenas para informação, o bairro da vila Operária foi o primeiro bairro do município de Nova Andradina e, num passado recente, as crianças tinham dificuldade de chegar até a instituição de ensino, motivo pelo qual fizemos toda a melhoria da infraestrutura naquele bairro. É importante que agora a escola sofra uma reforma a contento para atender às necessidades dos alunos. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, bem como ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando que seja executada a complementação da pavimentação asfáltica na rodovia MS-473, no trecho do Km 23 (IFMS) até o entroncamento da rodovia MS-141, numa extensão de 18,5 quilômetros. Justificativa. Considerando que a rodovia MS-473 liga a sede do município aos bairros São Bento e Laranjal e se constitui uma importante artéria que adentra em direção ao norte de Nova Andradina, onde se encontram as maiores áreas produtoras de grãos, cana-de-açúcar e pecuária e, ainda, considerando que até o presente momento estão pavimentados 23,5 quilômetros, faltam tão somente 18,5 quilômetros para que seja feita a ligação completa até o entroncamento da rodovia MS-141, destaco que o atendimento à solicitação irá melhorar a logística dos bairros rurais que são pioneiros daquele município. No governo anterior, a MS-473 foi pavimentada até o Instituto Federal, ficando, portanto, incompleta. É necessário chegar mais 18,5 quilômetros para que todo o trecho fique pavimentado. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, bem como ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando que seja executada a pavimentação asfáltica da rodovia MS-141, no trecho que liga o município de Angélica à rodovia BR-267 (Antigo Vitor), numa extensão de setenta quilômetros. Justificativa. Considerando que a reivindicação está pautada em consolidar esse importante eixo transversal para Nova Andradina, a proposta projeta a conclusão da ligação entre os municípios de Nova Andradina e Angélica e efetiva o referido trecho como uma nova opção de acesso do município de Angélica ao nordeste de Mato Grosso do Sul e ao Estado de São Paulo. Oportuno constar que ao otimizar a logística de ambos os municípios em áreas reconhecidas pela capacidade de produção de grãos, cana-de-açúcar e pecuária, as melhorias também visam ao fomento do turismo de pesca e lazer no rio Ivinhema, potencialidade que será fortalecida com a iniciativa proposta. Por fim, cumpre destacar que se trata de uma antiga reivindicação da população, sendo que as obras mencionadas são essenciais para garantir melhores condições de trafegabilidade, além de segurança e qualidade aos que ali transitam. Eu fui regional do Dersul em Nova Andradina, ao longo de quinze anos, e a rodovia já foi implantada nos setenta quilômetros e dentro da área territorial do município, se constituindo no eixo transversal que liga Angélica à BR-267, passa pelo rio Ivinhema e faz a interligação através da MS-473, no município de Nova Andradina. Ou seja, a execução dessa pavimentação melhoraria toda a logística daquela região que é grande produtora de cana-de-açúcar. Temos a Adecoagro, em Angélica, e a Usina de Santa Helena, em Nova Andradina, que plantam, têm as lavouras de cana-de-açúcar, muita produção de grãos, e a pecuária que é inerente àquela região sempre foi muito forte na sua produção. Era isso, senhor presidente, agradeço a oportunidade. Bom dia a todos.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Indico à Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao estudante Pedro Henrique Américo, de apenas treze anos, por ter se tornado o mais novo faixa preta da Federação Sul-Mato-Grossense Yoshim Kaigam Karate. Indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes, solicitando a destinação de recursos para execução de obras de duplicação e pavimentação asfáltica, no trecho de três quilômetros, da rodovia Nelson Moraes de Mattos, com início na rua Ponta Porã, no Jardim Santa Ermínia até a rotatória que dá acesso ao anel viário em Dourados. Estamos apresentado essa indicação porque essa é uma via bastante movimentada que passou a oferecer perigo, sendo de suma importância essa obra para que o tráfego pesado seja desviado do perímetro urbano. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao prefeito de Dourados, solicitando obras de pavimentação asfáltica no Travessão do Castelo, uma via muito utilizada pelos moradores dos distritos de Dourados. Essa via interliga o prolongamento da avenida Marcelino Pires à perimetral norte ou anel viário, como é conhecida, e merece uma atenção do governo e da prefeitura de Dourados, até para diminuir os impactos causados na produção rural no momento do escoamento da nossa produção. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Infraestrutura, solicitando a viabilização de recursos para a realização de obras de recuperação do pavimento asfáltico nas ruas da vila Maxuel, em Dourados, nos trechos compreendidos entre a avenida Weimar Gonçalves Torres até a rua Monte Alegre, e entre a rua Aquidauana até a rua Coronel Ponciano. Essas são vias que estão intransitáveis e a população tem reivindicado melhorias. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Helio Pelluffo, e também ao prefeito de Dourados, solicitando a viabilização de recursos para a realização de obras de recuperação nas ruas da região do grande Ouro Verde, em Dourados, uma das regiões mais populosas da cidade, entre a avenida Weimar Gonçalves Torres até a rua Monte Alegre, e entre a rua Maria da Glória até a rua Brasil. É o que temos para hoje, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, nobres pares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Arley Caravina, à secretária de estado de Administração, doutora Ana Carolina Araújo Nardes, solicitando que sejam realizados estudos e adotadas medidas posteriores para a retomada da carga horária dos servidores estaduais para o expediente de seis horas ininterruptas, das sete horas e trinta minutos às onze horas e trinta minutos e das onze horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos. Os servidores estaduais têm apresentado justas reivindicações com relação à carga horária integral, ou seja, das sete horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos, mudança que ocasionou diversos impactos na rotina dos nossos servidores, além de gerar aumento com gasto de material e pessoal nas repartições públicas estaduais, implicando em desobediência no princípio da eficiência, base do nosso ordenamento administrativo. É importante assinalar que a retomada da carga horária anterior não se baseia apenas em aspirações dos servidores beneficiados, mas também em estudos e exemplos bem sucedidos de redução de jornada de trabalho em outros países. Em 2017, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou ranking dos países com menor jornada de trabalho correlacionando-os com a melhor qualidade de vida do seu cidadão e da economia local: na Holanda, os holandeses priorizam qualidade de vida e no país há baixíssima desigualdade de renda; a Dinamarca possui maior percentual de expatriados satisfeitos com o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal; a Alemanha oferece universidades gratuitas para nativos e estudantes internacionais; na Suíça, a qualidade de vida gera uma expectativa de vida alta, a mais alta do mundo, oitenta e um anos de idade; seguidos da Irlanda, Áustria, Itália, Austrália, Suécia e França. Todos esses países mega desenvolvidos e superpotências econômicas já adotaram como prática a redução da carga horária de seus colaboradores. A redução da carga horária não foi aleatoriamente adotada, uma vez que os citados países levaram em consideração e atestam que após as seis horas de trabalho o nível de produtividade cai abruptamente, sendo mais vantajoso para as empresas e indústrias aproveitarem somente a capacidade laborativa máxima de seus colaboradores. Esse dado fisiológico é referendado pela neurocientista brasileira, doutora Thais Gamello, fundadora da Consultoria Anemeses, que possui estudos técnicos e experimentos quanto ao tema. Deste modo, o pedido de retomada da carga horária para seis horas diárias com turnos de revezamento de pessoal é lícito e importa em eficiência do serviço público, sobretudo porque durante o período pandêmico essa foi a jornada adotada e apurados os melhores resultados na prestação de serviço. Se não bastasse, em outros estados em que a carga horária de seis horas diárias foi adotada, observou-se um aumento expressivo de produtividade e eficiência decorrentes da melhoria da qualidade de vida e capacitação desses servidores. A qualidade de vida dos servidores estaduais é matéria de especial importância já que reflete diretamente no atendimento adequado das necessidades dos cidadãos sul-mato-grossenses. Portanto considerando os princípios que regem a administração pública, notadamente o da eficiência, previsto no artigo 37 do caput da Constituição Federal, peço que o pedido formulado na presente indicação seja atendido pelo governo do estado. Era o que eu tinha, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público aqui presente, todos aqueles que nos assistem pela TV Assembleia. Quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Peluffo Filho, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando providências para acrescentar um guard-rail na curva da rodovia Aparecida de Souza Brejeiro, que liga o distrito de Porto Vilma ao município de Deodópolis. Os moradores reclamam pelo fato de ter acontecido vários acidentes nesse local e esse investimento irá proteger inclusive a população que ali transita. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Agesul, solicitando providências para a restauração e revitalização do portal de identificação do município de Caracol na MS-384, que caiu e está oferecendo risco de vida para as pessoas que por ali passam. Essa é uma solicitação da Câmara Municipal de Caracol, do vereador Luiz Jarson. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, a quem nos assiste pela TV Assembleia, a quem nos ouve pela Rádio Assembleia, funcionários da Casa, imprensa. Senhor presidente, faz oito anos que foi sancionada a lei do feminicídio que alterou o Código Penal e tornou o feminicídio como uma qualificadora do crime de homicídio. No ano passado, infelizmente, aqui no nosso estado, quarenta e quatro mulheres foram vítimas desse crime que na maioria das vezes é cometido pelo próprio companheiro. Eu não tenho dúvida de que para segurança pública, por mais ações efetivas que têm sido feitas, é muito difícil prevenir esse crime, porque na maioria das vezes ele acaba acontecendo dentro da própria casa da vítima. A Justiça vem colaborando efetivamente para criar medidas que possam evitar a ocorrência dos crimes de feminicídio, e a medida protetiva é uma delas. O Dia Internacional da Mulher está se aproximando e de maneira nenhuma podemos conviver com números tão altos como os que vêm acontecendo, e por isso eu apresento uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, e à senhora Celi Correia Neres, presidente do Conselho Estadual de Educação, a fim de que seja realizado um estudo para implantação na grade curricular, em todo o estado de Mato Grosso do Sul, uma matéria que vise à educação e ao combate à violência doméstica. Como eu disse, deputado Pedro Kemp, eu considero a educação um grande instrumento a médio e longo prazo para que a gente consiga inculcar na cabeça das crianças que a mulher não é propriedade do homem. Nós precisamos aprender que ao longo do tempo todos, dentro de uma relação conjugal, têm os mesmos direitos...



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Conceda-me um aparte, deputado? Eu sei que não é possível, presidente, mas eu quero fazer um elogio ao deputado Coronel David. É a primeira vez que aqui na Assembleia Legislativa eu vejo uma propositura feita dessa forma. Muitas vezes acontece de algum deputado propor uma disciplina no currículo, mas sabemos que essa questão é de competência do Conselho Estadual de Educação. O deputado Coronel David fez de forma correta, encaminhando para o secretário e para o Conselho de Educação discutirem e implementarem esse tema no currículo das escolas. Elogio Vossa Excelência porque o Conselho Estadual de Educação sempre encaminha esse pedido para Comissão de Educação da Casa.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado. Eu falava que a medida protetiva é um instrumento de defesa da mulher que pode evitar a violência doméstica, mas a gente sabe que mesmo depois de concedida a medida protetiva pelo Poder Judiciário, a mulher, até por conta da dependência financeira que tem com o agressor, acaba voltando para a mesma casa que ele. Nós sabemos da dificuldade de se fazer uma investigação, de cuidar com mais proximidade para que tal fato não aconteça. Por esse motivo, estou remetendo também uma indicação ao governador Eduardo Riedel, para que seja proposto um projeto de lei criando um programa de auxílio de pagamento de aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Espero que o governo do estado atenda essas duas indicações, mesmo porque são medidas que, efetivamente, ajudarão no combate ao feminicídio e à violência doméstica aqui no nosso estado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi, lembrando do tempo para encerramento do Pequeno Expediente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, faço uso da palavra, no Pequeno Expediente, para apresentar um requerimento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, solicitando autorização para a reserva do Plenário Júlio Maia, no dia 28 de fevereiro do corrente ano, a partir das dezenove horas, para realização da Sessão Solene em alusão ao Dia Estadual da Sukyo Mahikari, instituído pela Lei nº 4.535/2014 que incluiu essa importante data para a comunidade no Calendário Oficial de Eventos de Mato Grosso do Sul. Para tanto requeremos também autorização para a utilização de todos os serviços oferecidos por esta Casa, em especial o cerimonial, convites, confecção de comenda, segurança, sonorização e outros. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar pelo falecimento do senhor Benedito Marques Franco Filho, no último dia 05 de fevereiro de 2023. Senhor presidente, apenas para dizer a Vossa Excelência que ontem estive em Brasília, e uma das agendas foi justamente no Ministério dos Transportes, para solicitar, em função do requerimento feito de ofício desta Casa, agenda para que o ministro dos Transportes se desloque para participar, nesta Casa, de audiência pública para discutir a questão relacionada à concessão da BR-163 pela CCR-MSVia. Em função daquilo que já foi dito há seis anos, a obra não anda, não

há investimentos, e para a melhoria da via deverá se fazer uma relicitação, visto que é a principal artéria que cruza o nosso estado. De Norte a Sul são oitocentos e quarenta quilômetros, e se formos constatar o trecho entre Dourados e Mundo Novo é ainda pior, porque lá são quatro pedágios e não tem sequer vinte quilômetros de duplicação, a não ser a dos acessos nos próprios pedágios. Esta Casa tem que tomar para si a responsabilidade de discutir essa situação com o Ministério dos Transportes, o Governo Federal, a fim de que seja proposta uma solução, seja para a readequação do projeto, seja para a agilização da relicitação para que outra empresa possa assumir e dar continuidade às ações programadas no projeto. Já era para estar totalmente concluída a duplicação, o prazo era de dez anos e já se exauriu. Esperamos que nos próximos dias tenhamos a confirmação para que possamos marcar a audiência pública para discutir, junto com os deputados e os prefeitos dos dezenove municípios que têm parte do seu território às margens da BR-163, junto também com os representantes da ANTT, do governo do estado, para encontrarmos uma solução para esse problema. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, nobres pares. Bom dia, deputado Zé Teixeira que está online, acompanhando a Sessão. Senhor presidente, eu quero fazer a leitura de duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando estudos para Operação Tapa-Buraco na MS-040, trecho que liga Campo Grande a Santa Rita do Pardo. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores que utilizam a rodovia supracitada e padecem com seu precário estado de conservação. A rodovia MS-040, no trecho que liga Campo Grande a Santa Rita do Pardo, é o meio de acesso diário dos proprietários rurais e moradores daquela região, e hoje tem um trânsito muito pesado de carretas que desviam dos pedágios e usam a MS-040 porque encurta o distanciamento para os estados de São Paulo e Paraná. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário Hélio Peluffo Filho, solicitando estudo de viabilidade para manutenção e recuperação asfáltica da MS-340, que liga o município de Bandeirantes ao município de Rio Negro. Há uma solicitação para encascalhamento porque agora é o período de safra e ali há um atoleiro, inclusive essa semana tinha várias carretas atoladas. Essa é uma reivindicação dos transeuntes que utilizam a supracitada via e padecem com esses problemas, para que a mesma seja asfaltada em função do seu estado de conservação. Era o que tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputadas, e a todos que acompanham nossa Sessão. Eu quero apresentar uma indicação. Em 2012, o governo estadual editou o Decreto nº 13.525, de 06 de dezembro, para poder incorporar a legislação tributária estadual às regras previstas no Convênio ICMS nº 38/2012, celebrado pelo Confaz. Essa regra foi criada para isentar do ICMS, nas saídas internas interestaduais, realizada nos termos desse convênio, o veículo automotor novo quando adquirido por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental, severa ou profunda, Síndrome de Down, por ajuste diretamente, ou por intermédio de seu representante legal. De lá para cá, não houve atualização, porque o artigo 1º, parágrafo 2º, inciso I diz que essa isenção está estendida a veículo automotor cujo preço de venda ao consumidor sugerido pelo fabricante, incluídos os tributos incidentes, não seja superior a cem mil reais, ficando a isenção do ICMS limitada à parcela da operação no valor de setenta mil reais. O que nós estamos buscando com essa indicação é atualizar esses valores. Com essa atualização, o veículo automotor novo, cujo preço de venda ao consumidor sugerido pelo fabricante, incluídos os tributos incidentes não seja superior a cento e quarenta mil reais, teria a isenção do ICMS limitada à parcela da operação no valor de oitenta e cinco mil reais. Então, na verdade, o que nós estamos buscando é atualizar essa regra para que se tenha preços compatíveis e possa haver realmente a aquisição em função de uma defasagem de preço e do alcance da margem de isenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se me permite, vou apartear Vossa Excelência. No ano passado, nós fizemos o encaminhamento a pedido da própria Apae e de entidades que são ligadas, porque o governo federal atualizou o valor dessa isenção para os portadores de deficiências, especialmente os cadeirantes que compram um veículo de setenta, oitenta mil reais, e nele não cabe a cadeira de rodas. Nós já pedimos essa atualização, e eu assino junto com Vossa Excelência para que possamos trabalhar nisso.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — É importante até para que a legislação alcance o seu objetivo de isentar e dar condições para que essas pessoas tenham acesso a esses veículos. É só isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PSDB) — Registramos e agradecemos a presença do vereador do município de Anastácio, Marcelo Meireles; do senhor Osvaldo Mariano, vereador do município de Rochedo; do senhor Fábio Franco, vereador do município de Rochedo, e do senhor André Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul. Encerrado o **Pequeno Expediente**. Proposições lidas e sobre a mesa (*Uma indicação, de autoria do deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Fazenda, Flávio César Mendes de Oliveira, solicitando a realização de gestão da Secretaria de estado de Fazenda junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), para aprovação de convênio ICMS visando à aplicação da Lei nº 14.183/2021, atualizando os valores da faixa de isenção apresentada no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso I do Decreto nº 13.525, de 6 de dezembro de 2012 (Prot. nº 00186/2023). Uma moção de pesar, um

requerimento e cinco indicações, de autoria do deputado Coronel David. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares da senhora Júlia Marques Silva, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 25 de janeiro de 2023 (Prot. nº 00147/2023). Requeiro à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, para que seja determinada a requisição dos documentos que atestam as trinta passagens da criança Sophia, segundo informações de conhecimento público, pela rede pública de saúde, caso ainda não tenha sido requerido pela autoridade policial. Na hipótese de já terem sido requisitados os referidos documentos pela autoridade policial, requeiro informações quanto às medidas adotadas no tocante ao cumprimento da Lei Estadual nº 5.938, de 19 de agosto de 2022, a fim de que se possa apurar eventual responsabilização por descumprimento da citada lei (Prot. nº 00159/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando que seja feita a limpeza e manutenção da ciclovia da MS-427, em Rio Verde de Mato Grosso (Prot. nº 00148/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a instalação de um semáforo de trânsito na avenida Raquel de Queiroz, esquina com a rua Jornalista Valdir Lago (Prot. nº 00149/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a pintura de faixas de pedestre próximo à Escola Irene Szukala, na avenida Presidente Tancredo Neves, nº 1074, bairro Jardins das Hortências (Prot. nº 00150/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a pintura de faixas de pedestre e Operação Tapa-Buraco nas ruas Arquiteto Joaquim Barreto e Carlos Zanin, ambas no bairro Conjunto Residencial Aero Rancho, setor 5 (Prot. nº 00151/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Renato dos Anjos Garnes, solicitando que seja efetuado, em caráter de urgência, o policiamento e rondas ostensivas no bairro Conjunto Residencial Aero Rancho, na avenida Raquel de Queiroz (Prot. nº 00152/2023). Cinco indicações, de autoria do deputado Jamilson Name. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário e nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo



Riedel, governador do estado, com cópia à senhora Ana Carolina Araujo Nardes, secretária de estado de Administração e Desburocratização, solicitando viabilizar, em caráter prioritário, estudos de viabilidade para ampliar em cento e vinte e cinco, sendo cem vagas para antiguidade e vinte e cinco para mérito intelectual, o número de vagas do processo seletivo interno para ingresso no Curso de Formação de Sargentos para o quadro de praças QPPM da Polícia Militar do estado de Mato Grosso do Sul, realizado através do Edital nº 01/2022 - SAD/SEJUSP/PMMS/DRSP/CFS-30/QPPM (Prot. nº 00160/2023). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário e nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agetran, solicitando viabilizar, em caráter prioritário, a implantação de quebra molas, em conjunto com faixa de pedestres e sinalização horizontal e vertical, bem como, área escolar, em frente ao portão de acesso à Escola Rei Leão, localizada na rua Demétrio do Amaral, nº 42, no bairro Jardim Moema (Prot. nº 00161/2023). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário e nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando viabilizar, em caráter de urgência, a realização de obras de pavimentação asfáltica, de drenagem e rede de esgoto, no bairro Jardim Noroeste (Prot. nº 00162/2023). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário e nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Senhor Odair Serrano de Oliveira, diretor-presidente da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande, solicitando viabilizar a construção de campo de futebol para atender a comunidade do bairro Jardim Noroeste (Prot. nº 00163/2023). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário e nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Helio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, reiterando a solicitação para viabilizar, em caráter prioritário, a construção de uma escola estadual no Bairro Jardim Noroeste (Prot. nº 00164/2023). Uma moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar pelo falecimento do senhor Benito Marques Franco Filho, no último dia 05 de fevereiro de 2023 (Prot. nº 00185/2023). Uma indicação, de autoria do deputada Lia Nogueira. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Alan Guedes, prefeito do município de Dourados, solicitando a realização de obras de pavimentação asfáltica no Travessão do Castelo, via que interliga o prolongamento da avenida Marcelino Pires à Perimetral Norte, em Dourados (Prot. nº 00131/2023). Quatro indicações, de autoria do deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia autônoma ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja efetuada, com urgência, a troca de lâmpadas nos postes de iluminação pública localizados na avenida Georges Chaia, vila Piratininga, em Campo Grande, entre as ruas Anchieta e Hipódromo (Prot. nº 00137/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, com cópia ao governador

do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, solicitando que seja realizada, com urgência, a reforma na ponte, situada na zona rural do município de Aquidauana, localizada no georreferenciamento S-19° 59' 58,40621", -55°12' 1,891681" -(S-19,99956 W-55 2005) (Prot. nº 00141/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando a instalação de um semáforo na esquina da Escola Coronel Antonino, localizada na avenida Castelo Branco, esquina com a rua Doutor Meireles e Coronel Antonino (Prot. nº 00183/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando providências para a retirada de entulhos que se encontram na rua Júlio Baís, esquina com a rua Ana Rosa Maria Couto, nº 1285, no Parque Iguatemi (Prot. nº 00184/2023). Três indicações, de autoria da deputada Mara Caseiro. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Arlei Caravina, à secretária de estado de Administração, senhora Ana Carolina Araújo Nardes, solicitando que sejam realizados estudos e adotadas medidas posteriores para retomada da carga horária dos servidores estaduais para expedientes de seis horas ininterruptas, das sete horas e trinta minutos às onze horas e trinta minutos e das onze horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos (Prot. nº 00134/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando o urgente patrolamento e encascalhamento da MS-441, no trecho que liga os municípios de Bandeirantes à Camapuã (Prot. nº 00128/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando o urgente patrolamento e encascalhamento da MS-457, no trecho que liga os municípios de Dois Irmãos do Buriti à Nioaque (Prot. nº 00129/2023). Duas indicações, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando estudo de viabilidade para a extensão do horário de atendimento na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, para que, se possível, a mesma passe a ter atendimento vinte e quatro horas por dia (Prot. nº 00138/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o



colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia à secretária de estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, solicitando a adesão do estado de Mato Grosso do Sul à Portaria nº 1.235, de 28 de junho de 2022, para que seja aderida a metodologia de implantação e desenvolvimento dos Centros de Atendimento Integrado (Casa da Criança e do Adolescente), em nosso Estado (Prot. nº 00153/2023). Dezoito indicações, de autoria do deputado Neno Razuk. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Dourados, senhor Alan Guedes, com cópia ao Departamento de Tributação e Administração Municipal, solicitando estudo técnico para concessão de isenção de IPTU para imóveis que sejam de propriedade e residência de contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos que comprovadamente sejam pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no Município de Dourados (Prot. nº 00167/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos Sahib Neto, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a instalação de uma faixa elevada de pedestres e/ou sinalização de faixa de pedestres, com placas de redução de velocidade, na avenida Três Barras nº 1499, em frente ao Fort Atacadista Três Barras, na cidade de Campo Grande (Prot. nº 00127/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Caarapó, Senhor André Nezzi, com cópia ao Departamento de Tributação e Administração Municipal, solicitando estudo técnico para concessão de isenção de IPTU para imóveis que sejam de propriedade e residência de contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos, que comprovadamente sejam pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no município de Caarapó (Prot. nº 00175/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Ponta Porã, senhor Eduardo Campos, com cópia ao Departamento de Tributação e Administração Municipal, solicitando estudo técnico para concessão de isenção de IPTU para imóveis que sejam de propriedade e residência de contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos, que comprovadamente sejam pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no município de Ponta Porã (Prot. nº 00176/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Rio Brillhante, senhor Lucas Centenário Foroni, com cópia ao Departamento de Tributação e Administração Municipal, solicitando estudo técnico para concessão de isenção de IPTU para imóveis que sejam de propriedade e residência de contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos, que comprovadamente sejam pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no município de Rio Brillhante (Prot. nº 00174/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Bodoquena, senhor Kazuto Horii, com cópia ao Departamento de Tributação e Administração Municipal, solicitando estudo técnico para concessão de isenção de IPTU para imóveis

que sejam de propriedade e residência de contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos, que comprovadamente sejam pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no município de Bodoquena (Prot. nº 00172/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Paranhos, senhor Donizete Aparecido Viaro, com cópia ao Departamento de Tributação e Administração Municipal, solicitando estudo técnico para concessão de isenção de IPTU para imóveis que sejam de propriedade e residência de contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos, que comprovadamente sejam pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no município de Paranhos (Prot. nº 00170/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Juti, senhor Gilson Marcos da Cruz, com cópia ao Departamento de Tributação e Administração Municipal, solicitando estudo técnico para concessão de isenção de IPTU, para imóveis que sejam de propriedade e residência de contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos, que comprovadamente sejam pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no município de Juti (Prot. nº 00168/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Tacuru, senhor Rogério de Souza Torquetti, com cópia ao Departamento de Tributação e Administração Municipal, solicitando estudo técnico para concessão de isenção de IPTU para imóveis que sejam de propriedade e residência de contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos, que comprovadamente sejam pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no município de Tacuru (Prot. nº 00166/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Douradina, senhor Jean Clavisso Fogaça, com cópia ao Departamento de Tributação e Administração Municipal, solicitando estudo técnico para concessão de isenção de IPTU, para imóveis que sejam de propriedade e residência de contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos, que comprovadamente sejam pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no município de Douradina (Prot. nº 00135/2023). Sete indicações, de autoria do deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Alexandre Magno Benites de Lacerda, procurador-geral de Justiça do estado de Mato Grosso do Sul, solicitando medidas do órgão, com base no artigo 2º, VII, da Resolução nº 017/2021- PGJ, de 03 de maio de 2012, no sentido de acompanhar as políticas estaduais de proteção a infância e juventude, com o objetivo de realizar estudos e oferecer sugestões às entidades públicas e privadas para o fortalecimento de rede de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência (Prot. nº 00133/2023). Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando o patrolamento e encascalhamento da rua Amélia Ribeiro de Souza, no Residencial Itatiaia (Prot. nº 00136/2023). Solicito à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à coordenação do Distrito Sanitário de Saúde Indígena (DSEI) em Mato Grosso do Sul, solicitando medidas urgentes no sentido de garantir a distribuição de água potável na reservas indígenas Bororó e Jaguapiru, localizadas no



município de Dourados (Prot. nº 00165/2023). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marco Antonio Delfino, procurador da República em Dourados, solicitando investigação das condições de saúde e desnutrição nas reservas indígenas Jaguapiru e Bororó, localizadas no município de Dourados (Prot. nº 00169/2023). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando reforço no efetivo da Polícia Militar no município de Cassilândia (Prot. nº 00126/2023). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Radamés Andrade Casseb, diretor-presidente da Águas Guariroba, solicitando estudos no sentido de implantar a rede de esgoto para atender as residências do bairro Jardim Monte Alegre, em Campo Grande (Prot. nº 00171/2023). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), no estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a instalação de um redutor de velocidade no KM 15 da BR-262, nas proximidades do rio Salobra, no município de Miranda (Prot. nº 00173/2023). Duas indicações, uma moção de congratulação e cinco moções de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Helio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando que seja realizada a manutenção do trevo de acesso à rodovia MS-156, na entrada do município de Amambai (Prot. nº 00139/2023). Indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Helio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a disponibilização de um rolo compressor para utilização na recuperação e manutenção de estradas vicinais do município Coxim (Prot. nº 00140/2023). Moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao vereador Daniel Vieira da Silva, por ter assumido a gestão do biênio 2023-2024 da presidência da Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna na 17ª Legislatura (Prot. nº 00142/2023). Moção de pesar. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Vélia Lupinetti, falecida no dia 08 de janeiro de 2023 (Prot. nº 00154/2023). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Alberto Nacim Abrão, falecido no dia 05 de janeiro de 2023 (Prot. nº 00155/2023). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Matheus Viecili Brum, falecido no dia 25 de janeiro de 2023 (Prot. nº 0156/2023). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa, após ouvido o colendo Plenário, que seja

encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Rubens Ramão Apolinário de Souza, falecido no dia 25 de janeiro de 2023 (Prot. nº 00157/2023). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Anita Krumnheu, falecida no dia 08 de janeiro de 2023 (Prot. nº 00158/2023). Uma indicação, de autoria do deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a viabilização de recursos da União, objetivando a construção de um Centro de Educação Infantil e PSF – Programa Saúde da Família, para atender o município de Costa Rica (Prot. nº 00130/2023). Uma moção de pesar, de autoria do deputado Zeca do PT. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada, por iniciativa da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), moção de pesar aos familiares do senhor José Antônio Pereira dos Santos, conhecido carinhosamente por familiares e amigos como “Zé Gordo”, falecido no último dia 03 de fevereiro em Guia Lopes da Laguna). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Transfiro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. O senhor tem trinta minutos para o seu pronunciamento, nobre deputado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas. Eu vou falar de um tema de natureza econômica, de grande importância nacional, bastante complexo, tecnicamente espinhoso, mas mesmo com todos esses desafios, é necessário nos debruçarmos sobre ele porque vai ter um grande impacto no Mato Grosso do Sul. Estou me referindo especificamente à discussão nacional, no âmbito da reforma tributária, que de acordo com o que tem sido colocado pelos jornais, o governo pretende votar logo no primeiro semestre de 2023. Vale ressaltar que essa reforma está há trinta anos no Congresso Nacional, com uma elevação brutal da carga tributária que saiu de 20% para 37%, ainda crescendo, minando a capacidade de competitividade da economia brasileira. O Brasil sempre foi um país recordista de crescimento econômico, mas desde a década de 1980 não tem mais capacidade de crescimento. Aqui em Mato Grosso do Sul, talvez não temos nos atentado que as principais propostas apresentadas no Congresso Nacional modificam muito a capacidade do nosso estado em colocar em marcha a sua estratégia de desenvolvimento e crescimento econômico, que tem sido o nosso receituário de sucesso até hoje. Estou me referindo especificamente à PEC 45 e à PEC 110, uma na Câmara e outra no Senado que, praticamente, eliminam a possibilidade do governo do estado de Mato Grosso do Sul conceder incentivo fiscal para trazer indústrias. Por exemplo, o nosso ex-governador

Zeca viu o surgimento do MS Empreendedor que preconizou a atração das indústrias, mas esse é um instrumento que vai acabar. Será que nós estamos cientes de que com a aprovação disso como está colocado hoje, no Congresso Nacional, nós não teremos mais a possibilidade de fazer a concessão de incentivos fiscais? Vejam o impacto que nós teríamos em cidades que são exemplos nacional de superação e de revolução econômica, como Três Lagoas, Aparecida do Taboado e também o que está acontecendo com a região do Bolsão, com relação à industrialização. Vejam a necessidade de uma capital, como Campo Grande, uma cidade da envergadura de Dourados, uma cidade como Corumbá, que precisa desesperadamente de novos empregos, de novas indústrias. Será que a gente está preparado para perder esse instrumento de incentivo fiscal? E não é somente a indústria, podemos falar também de um outro setor, do agro. Será que estamos conscientes que com essas duas propostas que estão na mesa nós vamos ter uma brutal elevação de carga tributária no agronegócio, que é um dos pilares de sustentação dos estados? Não só do agro, mas da agricultura familiar. Todos os produtos da cesta básica hoje pagam 7%, 5%, 4%, nós vamos fazer uma nivelção de alíquota e colocar num patamar bem superior, fala-se em 30%. O que está colocado nessas duas propostas é basicamente a PEC 45, porque foi colocado no Ministério da Fazenda, dentro de uma estrutura do secretariado, uma Secretaria Especial da Reforma Tributária que tem como secretário um economista chamado Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal, que foi quem apresentou as PEC's nºs 45 e 110. Então, a vinda do Bernard Appy para o governo federal significa a grande agenda, a PEC 45 ou a PEC 110. A PEC 45 é a ideia da criação de um imposto nacional chamado Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), que vai fazer uma unificação nacional de todos os tributos sobre mercadorias e sobre o consumo. Em princípio até que não é uma ideia ruim, porque haveria uma simplificação, mas o problema são os detalhes e os conflitos de natureza federativa que advêm com essa proposta. Em plano nacional seriam unificados o PIS, o Cofins, e o IPI que se tornaria o imposto seletivo incidente sobre cigarros e bebidas ou produtos que teriam uma externalidade em economia e uma unificação do ICMS e do ISS. Então, IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS, em torno de um único imposto Nacional chamado IBS. E como seria a transição desse nosso modelo atual, deputado Hashioka, para esse novo IBS? Primeiro estamos falando de um período de transição de dez anos. Vejam o que está sendo colocado na mesa. No primeiro ano, o IBS entra com alíquota de 1% e os impostos atuais do mesmo tamanho; no segundo ano, o IBS vai crescendo gradativamente e os impostos atuais vão sendo diminuídos; ao final do período de dez anos o IBS substitui todos os impostos atuais. Isso significa que nós vamos ter dois sistemas tributários rodando em paralelo, de um lado o IBS nascendo e as empresas tendo que pagar os outros impostos simultaneamente. Imaginem a quantidade de ações judiciais que os contribuintes irão protocolar na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na Procuradoria do Estado. Vocês imaginem a quantidade de conflitos existentes entre União, estado e município do Brasil, passando dez anos de período de transição com dois sistemas tributários rodando em paralelo. Na verdade, não são apenas dez anos para o período de transição, mas um período de trinta anos de repartição do produto desse imposto entre União, estado e município. Passa-se dez anos modificando as alíquotas e trinta anos repartindo entre a União, estados e municípios. Então não é uma proposta simples, é uma proposta que tira de Mato Grosso do Sul a condição de trazer novas indústrias, que eleva a carga tributária do

agro, uma proposta que retira o poder dos municípios de cobrar o ISS. E é até curioso porque do ponto de vista fiscal, de acordo com a regra que foi criada, eles não perdem, quem perde são os municípios, principalmente os grandes que têm arrecadação própria do ISS. Eu conheço bem o caso de Campo Grande e, principalmente, das capitais. Com essa proposta, eles conseguiram um feito de unificar vinte e sete secretários de estado de Fazenda, porque não tem mais perdedor e ganhador entre estados, todos são ganhadores, os perdedores são os municípios, justamente o primo pobre da federação, aquele que participa da menor parte do bolo tributário, e é ele quem está sendo colocado para ser o maior perdedor. Então quero dizer aos nossos pares que esse é um tema de suma importância e que não podemos nos omitir, deputado Amarildo Cruz. Esse é um tema nacional que compete aos deputados federais, aos senadores, mas temos que ter interlocução com a bancada federal, temos que ter interlocução com a ministra Simone Tebet, que hoje está em uma posição absolutamente estratégica no Ministério do Planejamento, e é um dos elementos centrais da formulação da política econômica nacional.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por gentileza.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Deputado, o senhor traz para esta Casa um assunto bastante polêmico e importante. Eu tive a oportunidade, na época do governo Zeca, de participar de debates na Assomasul sobre essa reforma tributária e o modelo de tributação do Brasil, que tributa renda, trabalho, consumo e patrimônio. Já está demonstrado que um emaranhado de normas, especialmente sobre o consumo, não dá certo, complica negócios e nós precisamos urgentemente de um modelo tributário de simplificação e melhoria. O grande problema é que o modelo tributário existente, apesar desse emaranhado de normas e da dificuldade que empresas, empresários e cidadãos têm, até para fazer uma declaração de Imposto de Renda, declaração de serviço, é uma complicação danada. A reforma tributária esbarra na hora que se fala em perder receita, pois ninguém quer perder, e como a receita tributária tem tido um resultado positivo para o governo federal e o pacto federativo prejudica município e estado, essa coisa começa e para no estado porque a União não vai perder receita. Então, é um assunto pertinente, acho que é oportuno falarmos sobre o ponto de vista técnico, acompanhar, montar uma comissão e trazer para debate para esta Casa, mesmo porque efetivamente nós temos um estado em franco desenvolvimento com a instalação de indústrias. Nessa guerra tributária entre os outros estados, o Confaz é um avanço, mas precisamos manter o nosso estado com esse atrativo, com esse diferencial que tem hoje para o Brasil, com o olhar das indústrias que querem se instalar aqui, porque se vier indústria, vem gente, e isso gera desenvolvimento, gera melhoria da qualidade de vida. Eu quero dizer para o senhor que eu acompanho a sua fala e acho que nós temos que ampliar esse debate aqui na Casa.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por favor.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Essa temática é de suma importância e tem repercussão e consequências diretas e indiretas no nosso estado. Nós temos que debater, discutir, montar comissão, assim como sugeriu o presidente, porque é uma matéria extremamente importante que fala, inclusive, da nossa possibilidade de maior ou menor desenvolvimento, justiça social e coisas desse tipo. Há mais de trinta anos se discute reforma tributária, no nosso país, e em alguns momentos houve uma possibilidade e um interesse maior de discutir, de implementar uma reforma que não aconteceu. Honestamente eu torço para que o governo consiga aprovar uma reforma tributária que venha melhorar o sistema tributário brasileiro, mesmo porque esse é o intuito de se fazer uma reforma, mas para melhorar, há um tripé fundamental. Primeiro, a simplificação, porque a legislação tributária brasileira é um absurdo, haja vista o ICMS, que todos os dias tem regras novas na cobrança, sem falar nos tributos federais e municipais. Uma outra questão extremamente importante é desconcentrar o poder da União, principalmente com relação à repartição do bolo tributário. É inadmissível que os municípios fiquem com 11%, 12% do bolo tributário que é arrecadado no Brasil, que a União concentre quase 70% de tudo aquilo que é arrecadado do nosso país, e que o estado fique com 18%, 19%, 20%. Isso tem que ser melhor repartido. É nos municípios que o cidadão vive, onde ele paga imposto, onde ele trabalha, onde ele tem seu negócio. Então é necessário obviamente ter uma política mais municipalista, não só no discurso, mas também na prática, principalmente quando se fala em economia, PIB e repartição de bolo tributário. Esse é o segundo ponto do tripé. O terceiro ponto do tripé, que eu acho um dos mais importantes e significativos, que acelera a necessidade da reforma tributária, é o crescimento do bolo tributário da arrecadação que vai crescendo e avançando sobre o bolso do cidadão a cada dia, e mais do que isso, todos os indicadores mostram que esse avanço dos impostos sobre o consumidor avança sobre os mais pobres. Vossa Excelência é um estudioso do assunto e sabe que, proporcionalmente, os pobres pagam mais impostos do que os ricos, neste país. É importante que o agronegócio no nosso estado tenha incentivo, mas a Lei Kandir não tem um incentivo maior para um setor além de financiamento facilitados, coisas que um cidadão comum não tem para montar o seu negócio, ou quando vai pagar Imposto de Renda, ou quando vai consumir de maneira igual. O tributo mais injusto que existe que é o ICMS, porque tributa tudo de maneira igual, como se todo mundo tivesse o mesmo rendimento e a mesma capacidade contributiva. Então, não adianta fazer reforma se não entrar nessas três questões. Espero que o nosso estado discuta veementemente, dê sugestões, mas acima de tudo, preserve o interesse do estado e se preocupe com esse tripé. Obrigado pelo aparte, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por favor.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiro, deputado Pedro Pedrossian Neto, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento balizado que faz. Dizer que para mim a sua presença aqui é uma gratíssima surpresa pelo seu conhecimento,

pela qualidade do seu pronunciamento e pela enorme contribuição que Vossa Excelência vai dar a esta Casa diante do debate que necessariamente esta Casa tem que fazer. Em segundo lugar, dizer também que é mais do que oportuno esse pronunciamento, porque temos que, com urgência, abrir um debate sobre a política tributária brasileira, sobre a injusta cobrança do ICMS. Se existe algo injusto, neste país, é o tal do ICMS, porque tributa pesadamente e cada vez mais os mais pobres. O ICMS incide sobre o consumo, portanto, a cesta básica para família mais pobre que paga sobre o arroz, o feijão, o azeite, ou seja lá o que for, é um peso cada vez maior para quem ganha um salário. Nós temos que repensar isso. Na verdade as grandes fortunas do Brasil não pagam imposto ou pagam muito pouco, sendo essa uma das razões da brutal concentração de riqueza no Brasil. Segundo estudos, 1% dos mais ricos da população brasileira se apropria de 47,9% a 48% de toda a riqueza brasileira, os 10%, os mais ricos concentram 74,2 % da riqueza total, cabendo aos 50% mais pobres da nossa população, apenas 3,1% da riqueza nacional. Isso tem a ver com a chamada política tributária regressiva, quanto mais pobre, mais se paga. Nós temos que inverter essa lógica, temos que criar neste país uma política tributária progressiva: os mais ricos têm que pagar para que os mais pobres possam ter oportunidade de ter uma vida digna e abundante. Parabéns pelo seu pronunciamento!

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Essa discussão sobre a regressividade do sistema tributário brasileiro é importante, é bastante antiga e reflete um pouco das opções que tivemos na Constituição Brasileira para colocar impostos sobre o consumo, ao invés de impostos sobre a renda. Isso está sendo colocado no debate, mas não está aprofundado porque as propostas da PEC 45 e PEC 110 versam exclusivamente sobre imposto sobre consumo, não vão tratar sobre o imposto sobre a renda, seja da pessoa física, da pessoa jurídica, e muito menos sobre a contribuição social, sobre lucro líquido, mas é um debate de importância nacional. Para concluir, presidente, e por ser esse um tema extremamente complexo, gostaria de sugerir que fosse feito um seminário aqui na Casa, para que pudéssemos trazer alguns especialistas para decifrar para o público estadual, para que possamos formar uma opinião sobre esse tema na ótica de Mato Grosso do Sul. Deputado Amarildo, com a concordância dos pares, vamos fazer esse seminário, chamar os membros da bancada federal, a ministra Simone, mesmo porque tenho certeza que ela está preocupada com a questão dos incentivos fiscais, e com o que vai acontecer com o agro, com o setor de serviço. Nós temos que fazer esse debate, olhar o Brasil, mas não podemos esquecer que neste momento o nosso país chama-se Mato Grosso do Sul. Então, nós temos que cuidar deste nosso país, Mato Grosso do Sul, temos que salvaguardar os interesses estaduais, porque somos uma sociedade em desenvolvimento, com muitas aspirações, com muitos problemas, e não podemos ser coadjuvantes, temos que ser protagonistas. São essas as minhas considerações, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Senhores deputados, o Projeto de Lei nº 251/2022 autoriza o Tribunal de Justiça alterar a redação do nº 3779, projeto que mudava aquelas tabelas, e no ano passado houve a



tramitação, pedido de vista pelo deputado João Henrique e um pedido do Tribunal de Justiça para retirada do projeto, mas já estamos declarando que o mesmo foi prejudicado, devolvendo para o Tribunal, para que possa ser melhor estudado e voltar. Então, de acordo o Regimento Interno, estamos fazendo o comunicado da retirada desse projeto. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Em discussão única e votação simbólica. Seis requerimentos, vinte e três indicações, uma moção de aplauso, quatro moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria do deputado Pedrossian Neto, em razão do falecimento das vítimas do terremoto ocorrido na madrugada do dia 06 de fevereiro de 2023, na Turquia e na Síria. Notícias dão conta de que mais de dezesseis mil pessoas perderam a vida. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do deputado João Mattogrosso, em razão do falecimento da senhora Maria José de Carvalho Castro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Reforço aos nobres deputados a articulação para formação dos blocos e indicação dos líderes até o começo da semana que vem, para a gente começar a CCJR, e comissões de projetos que estão para o mérito. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Quero agradecer a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, esta Presidência declara encerrada a presente Sessão (10h38min).